

Sumário

Apresentação da Coleção	9
Nota do Autor.....	11
Nota do autor à 2.ª Edição.....	15
Nota do autor à 3ª Edição	17
Capítulo 1. Processo Penal: entre o garantismo e a eficiência	58
Capítulo 2. As fontes do processo penal, sua leitura normativa e a interpretação no processo penal	64
2.1 Noções gerais	65
2.2 Leitura Normativa (Constituição Federal, Tratados e Legislação extravagante) – o controle de convencionalidade das leis	66
2.2.1 Constituição Federal, Tratados e o Código de Processo Penal.....	67
2.3 Fontes do Processo Penal	71
2.3.1 Fontes materiais do Direito Processual Penal	72
2.3.2 Fontes formais do Direito Processual Penal	73
2.4 Formas de interpretação e integração do sistema processual penal.....	75
2.4.1 Interpretação extensiva	76
2.4.2 Analogia e interpretação analógica	77
2.4.3 Princípios gerais do Direito.....	79

2.5	Controle de convencionalidade	79
Capítulo 3. Sistemas Processuais Penais.....		88
3.1	Sistema – noção e importância.....	89
3.2	Sistema inquisitivo	95
3.3	Sistema acusatório.....	97
3.4	Sistema misto.....	100
Capítulo 4. Princípios do Processo Penal.....		102
4.1	Princípios – noção e importância	103
4.2	Princípio da ampla defesa.....	104
4.2.1	Autodefesa	105
4.2.1.1	Autodefesa e acusado estrangeiro	107
4.2.2	Defesa técnica	108
4.3	Princípio do acesso à justiça criminal.....	111
4.4	Princípio do contraditório	113
4.5	Princípio do devido processo legal	115
4.6	Princípio da dignidade da pessoa humana	118
4.7	Princípio do duplo grau de jurisdição (duplo grau de jurisdição voluntário, duplo grau de jurisdição mínimo ou princípio do controle hierárquico).....	121
4.8	Princípio da duração razoável do processo	123
4.8.1	Origem.....	124
4.8.2	Noção e critérios	124
4.9	Princípio da economia processual.....	126
4.10	Princípio da iniciativa das partes.....	126
4.11	Princípio do impulso oficial.....	127
4.12	Princípio da isonomia	128

4.13	Princípio do juiz natural (princípio do juiz legal, do juiz constitucional, da naturalidade do juiz)	129
4.14	Princípio da lealdade processual (princípio da probidade ou da boa-fé)	132
4.15	Princípio da motivação das decisões	132
4.16	Princípio do <i>nemo tenetur se detegere</i> (vedação da produção de prova contra si próprio, princípio da não autoincriminação ou <i>nemo tenetur se ipsum accusare</i>)	135
Capítulo 5. Eficácia da Lei Processual Penal no Tempo e no Espaço ...		138
5.1	Sistemas de solução de conflito de leis processuais no tempo.....	139
5.2	Exceções legais ao princípio do <i>tempus regit actum</i>	140
5.3	Exceções admitidas pela doutrina e pela jurisprudência...	141
5.4	Lei Processual Penal no espaço.....	143
Capítulo 6. Inquérito Policial e outras formas de investigação preliminar.....		146
6.1	Investigação preliminar: noção e formas.....	147
6.1.1	Investigação Preliminar por Comissão Parlamentar de Inquérito	148
6.1.2	A investigação pelo Ministério Público	149
6.1.3	A investigação no Juizado Especial Criminal	152
6.1.4	Inquérito Civil	153
6.1.5	A investigação defensiva	153
6.2	As várias polícias existentes no Brasil e suas funções	154
6.2.1	Polícia Federal	155
6.2.2	Demais polícias	157
6.3	Inquérito policial.....	158
6.3.1	Noção e natureza jurídica	158
6.3.2	Características	159

6.3.2.1	Procedimento escrito	159
6.3.2.2	Procedimento sigiloso	160
6.3.2.3	Procedimento indisponível	165
6.3.2.4	Procedimento obrigatório.....	165
6.3.2.5	Procedimento dispensável	165
6.3.2.6	Caráter discricionário da investigação ...	166
6.3.2.7	Caráter inquisitivo.....	166
6.3.2.8	Caráter oficial	169
6.3.2.9	Caráter oficioso	169
6.3.3	Finalidade do Inquérito Policial.....	170
6.3.4	A presidência do Inquérito Policial	170
6.3.5	O valor probatório do inquérito	172
6.4	Início do inquérito policial	174
6.4.1	<i>Notitia criminis</i>	175
6.4.1.1	<i>Delatio criminis</i> inqualificada e a instauração do inquérito policial	176
6.4.2	Requerimento do ofendido ou de seu representante legal.....	177
6.4.3	Requisição do Juiz ou do Ministério Público	178
6.4.4	Diferença entre requisição e requerimento	179
6.4.5	Auto de prisão em flagrante	180
6.4.6	De ofício - Portaria	180
6.4.7	Início do inquérito policial nos crimes de ação penal pública condicionada e ação penal de iniciativa privada.....	180
6.4.8	O princípio da obrigatoriedade e a instauração do inquérito policial	181
6.5	Desenvolvimento do inquérito policial	182
6.5.1	Reprodução simulada dos fatos.....	183
6.5.2	Prazo para a conclusão do inquérito.....	184
6.5.2.1	Cômputo do período de prisão temporária	189

6.5.3	Incomunicabilidade do indiciado preso	190
6.5.4	Indiciamento	191
6.5.4.1	Indiciamento e <i>Habeas Corpus</i>	193
6.5.4.2	Condutas a serem tomadas com o indiciamento e as modalidades de indiciamento.....	193
6.5.5	A identificação criminal	194
6.5.5.1	Regras que regem o tema e abrangência dos atos	194
6.5.5.2	Hipóteses de identificação criminal	195
6.5.5.3	Identificação criminal e o uso do material em outras investigações.....	197
6.5.6	Indiciado menor – nomeação de curador.....	198
6.5.7	Irregularidades no inquérito e suas repercussões..	198
6.5.8	Requisição administrativa	199
6.5.9	Meios de obtenção de prova e teoria do juízo aparente	200
6.6	O encerramento do inquérito policial	203
6.6.1	Encerramento do inquérito policial nos crimes de ação penal de iniciativa privada	203
6.6.2	Encerramento nos casos envolvendo ação penal de iniciativa pública	204
6.6.3	Arquivamento do inquérito policial	206
6.6.3.1	Modalidades de arquivamento	209
6.6.3.2	Recorribilidade do arquivamento	211
6.6.4	Desarquivamento do inquérito policial	213
6.7	Técnicas especiais de investigação	218
6.8	A investigação: crises e transformações do modelo vigente...	220
Capítulo 7. Ação Penal e Pressupostos Processuais		222
	Considerações iniciais	223

7.1	Classificação da ação penal	224
7.2	Teorias da ação: de onde viemos e para onde vamos.....	229
7.3	Condições da ação penal e pressupostos processuais	231
7.3.1	Noções gerais	231
7.3.2	Legitimidade <i>ad causam</i>	234
7.3.3	Interesse de agir	236
7.3.4	Possibilidade jurídica do pedido	237
7.3.5	Justa causa para a ação penal.....	239
7.3.6	A teoria da "prospettazione", ou teoria da asserção ou teoria da afirmação	242
7.3.7	Condições específicas da ação penal ou condições de procedibilidade, condições objetivas de punibilidade, escusas absolutórias e condições de prossequibilidade	243
7.3.8	A originalidade como condição da ação	244
7.3.9	Pressupostos processuais	245
7.4	Ação penal de iniciativa pública incondicionada.....	248
7.4.1	Noção e identificação.....	248
7.4.2	Princípios.....	248
7.4.3	Legitimidade ativa	253
7.4.4	Veículo	254
7.5	Ação penal pública condicionada	254
7.5.1	Noção e identificação.....	254
7.5.2	Princípios.....	254
7.5.3	Legitimidade.....	255
7.5.4	Veículo	255
7.5.5	Representação	255
7.5.5.1	Noção e natureza jurídica da representação.....	255
7.5.5.2	Legitimado ativo.....	256
7.5.5.2.1	Sucessão processual.....	258

7.5.5.3	Destinatários da representação.....	260
7.5.5.4	Prazo da representação	260
7.5.5.5	Aspecto formal: a forma da representação	261
7.5.5.6	Retratação da representação.....	261
7.5.5.7	Não vinculação da representação	262
7.5.6	Requisição do Ministro da Justiça	263
7.5.7	Consequências da falta de representação ou de requisição e o problema da desclassificação do crime	265
7.6	Ação penal de iniciativa privada	267
7.6.1	Noção, espécies e identificação	267
7.6.2	Princípios.....	268
7.6.3	Legitimidade ativa	270
7.6.3.1	Sucessão processual	271
7.6.4	Veículo	272
7.6.5	Aspecto temporal – O prazo para o oferecimento da queixa-crime	272
7.6.6	Ação Penal de Iniciativa Privada Personalíssima ...	274
7.6.7	Ação Penal Privada Subsidiária da Pública.....	274
7.6.8	Os óbices ilegítimos à propositura da ação penal de iniciativa privada e a Defensoria Pública....	277
7.7	Denúncia e queixa-crime	278
7.7.1	Requisitos.....	278
7.7.1.1	Imputação genérica e imputação geral, imputação implícita e imputação alternativa.....	280
7.7.1.2	Requisito especial da queixa-crime.....	283
7.7.2	Prazo para oferecimento da denúncia e da queixa-crime	284
7.7.3	Aditamento da denúncia.....	286
7.7.4	Aditamento da queixa-crime	287

7.8	Extinção da punibilidade	289
7.9	Ação penal em espécie	294
7.9.1	Lei Maria da Penha e as ações penais a ela relativas	294
7.9.2	Crimes contra a dignidade sexual	297
7.9.3	Crimes contra a honra.....	300
Capítulo 8.	Ação civil.....	302
8.1	Considerações gerais.....	303
8.2	Sistemas existentes quanto à influência da ação penal na ação civil	303
8.3	Dos efeitos da sentença penal condenatória transitada em julgado	306
8.4	Efeitos civis da sentença penal absolutória e da sentença que declara extinta a punibilidade e outras questões	312
8.5	Legitimidade do Ministério Público	318
Capítulo 9.	Competência	322
9.1	Noções gerais e definição	323
9.2	Classificação e espécies de competência	326
9.3	Garantia do Juiz Natural	332
9.3.1	Garantia do juiz natural e modificações posteriores da competência por lei	335
9.3.2	Garantia do juiz natural e juiz sem rosto	336
9.3.3	Garantia do juiz natural e mutirões do CNJ.....	337
9.3.4	Garantia do juiz natural e convocação de juiz para atuar em tribunal	338
9.3.5	Garantia do juiz natural e criação de vara especializada	340
9.3.6	Garantia do juiz natural, suspeição e impedimento ...	341
9.4	Princípio do <i>Kompetenz-Kompetenz</i>	342

9.5	Os critérios de determinação de competência do Código de Processo Penal e os critérios de concretização da competência	343
9.6	Competência Internacional.....	345
9.7	Competência por prerrogativa de função (competência originária ou foro privilegiado)	346
9.7.1	Prerrogativa de função e competência em razão da matéria	355
9.7.2	Prerrogativa de função e concurso de agentes	357
9.7.3	Renúncia de mandato e competência originária .	361
9.8	Competência Constitucional de Justiça Especializada	363
9.9	Competência da Justiça Federal	369
9.9.1	Generalidades	369
9.9.2	Justiça Federal e contravenções penais – art. 109, inc. IV, da CF/1988.....	372
9.9.3	Justiça Federal e Crime Político – art. 109, inc. IV, da CF/1988.....	373
9.9.4	Justiça Federal e os Crimes Praticados contra a União – art. 109, inc. IV da CF/1988	374
9.9.5	Justiça Federal e Crimes Transnacionais – Art. 109, inc. V.....	379
9.9.6	Incidente de deslocamento da competência – art. 109 – V – A e § 5.º do art. 109	382
9.9.7	Crimes contra a organização do trabalho, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira – art. 109, VI.....	385
9.9.8	<i>Habeas Corpus</i> e Mandado de Segurança em matéria criminal – Art. 109, inc. VII e VIII.....	387
9.9.9	Crimes cometidos a bordo de navio ou de aeronave – Art. 109, inc. IX.....	388
9.9.10	Crimes de Ingresso ou permanência irregular de estrangeiro – Art. 109, X.....	390
9.9.11	Crimes decorrentes de disputa sobre direitos indígenas – Art. 109, XI.....	390

9.9.12	Competência da Justiça Federal – Outros tópicos (atos infracionais, Jecrim Federal e execução penal)	394
9.9.13	A competência da Justiça Estadual	395
9.10	Competência Territorial.....	395
9.10.1	Competência territorial - regra geral do art. 70 do CPP	396
9.10.1.2	Exceções à regra geral do art. 70	397
9.10.2	Foro Supletivo - A competência pelo domicílio ou residência do réu	399
9.10.3	Alguns casos especiais de competência territorial segundo a jurisprudência	400
9.11	Competência de Juízo – Natureza da Infração, Distribuição, Prevenção	402
9.12	Causas de modificação da competência - conexão e continência	404
9.12.1	Hipóteses de conexão	405
9.12.2	Hipóteses de continência	407
9.12.3	Consequências da conexão e da continência	408
9.12.4	Foro prevalente.....	411
9.12.5	Prorrogação de competência	413
Capítulo 10. Das questões e processos incidentes		414
10.1	Noções gerais	415
10.2	Questões prejudiciais	416
10.2.1	Definição, distinção com preliminares, características e natureza jurídica	417
10.2.2	Classificações.....	419
10.2.2.1	Questões prejudiciais homogêneas e heterogêneas	419
10.2.2.2	Questões prejudiciais não devolutivas e devolutivas	420

10.2.2.3	Questões prejudiciais obrigatórias e facultativas.....	422
10.2.3	Sistemas de solução da questão prejudicial.....	422
10.2.4	Questão prejudicial obrigatória.....	423
10.2.5	Questão prejudicial facultativa.....	426
10.3	Exceções.....	429
10.3.1	Generalidades	429
10.3.2	Exceção de Suspeição, impedimento ou incompatibilidade	431
10.3.2.1	Generalidades.....	431
10.3.2.2	Hipóteses de cabimento.....	432
10.3.2.3	Legitimados ativos.....	433
10.3.2.4	Procedimento	434
10.3.2.5	Recurso	438
10.3.2.6	Suspeição do membro do Ministério Público, serventuários da justiça, jurados e autoridade policial.....	439
10.3.3	Exceção de incompetência de juízo	441
10.3.3.1	Generalidades.....	441
10.3.3.2	Legitimados para opor a exceção.....	441
10.3.3.3	Procedimento da exceção.....	443
10.3.4	Demais exceções: ilegitimidade de parte, litispendência e coisa julgada	444
10.3.5	Restituição de coisas apreendidas	446
10.3.5.1	Generalidades.....	446
10.3.5.2	Requisitos	447
10.3.5.3	Autoridades que podem decidir sobre a restituição, procedimento e meios de impugnação	448
10.3.6	Incidente de falsidade.....	449
10.3.6.1	Generalidades.....	449

10.3.6.2	Procedimento	451
10.3.7	Incidente de insanidade mental do acusado	451
10.3.7.1	Generalidades: legitimados e cabi- mento	451
10.3.7.2	Procedimento	453
10.3.7.3	Inimputabilidade e processo penal.....	454
10.4	Medidas assecuratórias (medidas cautelares reais)	456
10.4.1	Considerações gerais	456
10.4.2	Sequestro	460
10.4.2.1	Bens e finalidade.....	460
10.4.2.2	Requisitos do sequestro, momento e le- gitimidade	461
10.4.2.3	Levantamento.....	462
10.4.2.5	Defesa	464
10.4.2.6	O sequestro na hipótese de Crime Contra a Fazenda Pública - Dec.-lei 3.240/1941	466
10.4.3	Especialização de Hipoteca Legal	468
10.4.3.1	Bens, finalidade e momento.....	468
10.4.3.2	Requisitos e procedimento	469
10.4.3.3	Cancelamento e defesa	471
10.4.4	Arresto	471
10.4.4.1	Bens, finalidade e requisitos.....	471
10.4.4.2	Revogação, Levantamento e defesa.....	472
10.4.5	Quadro-resumo	473
Capítulo 11. Provas no Processo Penal		474
11.1	Prova: importância e acepções do vocábulo	476
11.2	Meios de prova, meios de pesquisa, elementos de prova, fontes de prova, objeto da prova e procedimento proba- tório: noções	479

11.2.1	Procedimento probatório e direito à prova	485
11.2.1.2	Procedimento probatório: o direito à prova no quadro do contraditório ou as almas do contraditório	486
11.2.1.3	Prova e contraditório: contraditório sobre a prova e contraditório para a prova	486
11.3	Princípios aplicáveis à prova	488
11.3.1	Princípio da autorresponsabilidade das partes	488
11.3.2	Princípio da aquisição ou comunhão de prova	488
11.3.3	Princípio da oralidade	489
11.3.4	Princípio da verdade real	490
11.3.5	Princípio da liberdade probatória.....	492
11.3.6	Princípio do <i>nemo tenetur se detegere</i> (vedação da produção de prova contra si próprio, princípio da não autoincriminação ou <i>nemo tenetur se ipsum accusare</i>)	492
11.3.7	Princípio da presunção de inocência.....	495
11.3.8	Princípio da audiência contraditória.....	498
11.4	Ônus da prova	498
11.5	Poderes instrutórios do juiz.....	501
11.5.1	Princípio da proporcionalidade	503
11.5.1.1	Proporcionalidade, poderes instrutórios do juiz e o STF	503
11.6	Prova emprestada	504
11.6.1	A prova emprestada e seu valor probatório	507
11.6.2	Prova emprestada e crimes da competência do júri.....	508
11.7	Natureza das normas jurídicas sobre prova: superação da dualidade entre normas materiais e normas processuais ..	509
11.8	Sistemas de apreciação das provas	513
11.8.1	Sistema da íntima convicção (certeza moral do juiz).....	513

11.8.2	Sistema da prova legal (regras legais, certeza moral do legislador, prova tarifada)	514
11.8.3	Sistema da livre convicção (persuasão racional, livre convencimento motivado)	515
11.9	Limites ao direito à prova.....	517
11.10	Prova ilícita.....	518
11.10.1	Prova ilícita – Sistema pré-2008.....	518
11.10.1.1	Prova ilícita e prova ilegítima – consequências no sistema pré-2008.....	520
11.10.2	Prova ilícita – noção e efeitos no sistema pós-2008...	522
11.10.2.1	O juiz contaminado	524
11.10.3	Hipóteses de admissibilidade da prova ilícita	526
11.10.3.1	Exceção de boa-fé.....	526
11.10.3.2	Exceção de impugnação	526
11.10.3.3	Exceção de erro inócuo	527
11.10.3.4	Limitações quanto à legitimidade para requerer a exclusão da prova.....	527
11.10.3.5	Princípio da proporcionalidade	528
11.10.3.6	Prova ilícita <i>pro reo</i>	530
11.10.3.7	Teoria da visão ampla – <i>plain view doctrine</i>	532
11.10.3.8	Teoria dos campos abertos e das buscas particulares – <i>Open fields doctrine</i> e <i>Private Searches Doctrine</i>	534
11.11	Prova ilícita por derivação – A teoria dos frutos da árvore envenenada.....	536
11.11.1	Teoria da fonte independente	538
11.11.2	Exceção da descoberta inevitável (teoria da fonte hipotética independente).....	539
11.11.3	Teoria do nexu causal atenuado (teoria da contaminação expurgada ou conexão atenuada ou vício diluído)	542
11.12	Prova típica e atípica: noção	544

11.13	Provas típicas e atípicas: distinção com conceitos afins (prova anômala, prova irritual e prova nominada).....	552
11.14	Do exame do corpo de delito e das perícias em geral – arts. 158 a 184 do CPP	556
11.14.1	Noções gerais.....	556
11.14.2	Terminologia	557
11.14.3	Obrigatoriedade do exame de corpo de delito....	558
11.14.4	Modalidades de exame de corpo de delito.....	561
11.14.5	Peritos – Generalidades	564
11.14.5.1	Classificação dos peritos.....	564
11.14.5.2	A exigência da realização do exame por um perito – Análise histórica e atual	565
11.14.5.3	Ausência de peritos oficiais.....	566
11.14.6	Momento da realização da perícia, oferecimento da denúncia sem exame de corpo de delito, nomeação de peritos	567
11.14.7	Indicação de assistentes técnicos.....	568
11.14.8	Realização da perícia	571
11.14.9	Sistemas de apreciação do laudo pericial: vinculatório ou liberatório	574
11.14.10	Autópsia.....	574
11.14.11	Exumação	575
11.14.12	Exame de local de crime.....	575
11.14.13	Exame de delito e lesões corporais	576
11.14.14	Exames laboratoriais	576
11.14.15	Exames nos crimes cometidos com destruição/ rompimento de obstáculo ou escalada	577
11.14.16	Laudo de avaliação	577
11.14.17	Exame de local de incêndio	577
11.14.18	Exame grafotécnico	577
11.14.19	Exame dos instrumentos do crime.....	578
11.14.20	Perícias não previstas em lei.....	579
11.14.21	Cadeia de custódia.....	581

11.15 Interrogatório	583
11.15.1 Noção e natureza jurídica	583
11.15.2 Obrigatoriedade do interrogatório e direito ao silêncio	585
11.15.3 Condução coercitiva em caso de ausência do réu	586
11.15.4 Interrogatório da pessoa jurídica	588
11.15.5 Local do interrogatório.....	588
11.15.6 Características do interrogatório	591
11.15.7 O procedimento do interrogatório e seu conteúdo...	592
11.15.7.1 O momento do interrogatório na audiência.....	592
11.15.7.2 Providências preparatórias	594
11.15.7.3 O ato do interrogatório	594
11.15.7.4 Qualificação e advertência prévia do interrogatório	596
11.15.7.5 Início do interrogatório e suas modalidades	597
11.15.7.6 Modalidades especiais de interrogatório.....	600
11.15.8 Renovação do interrogatório	600
11.16 Confissão	601
11.16.1 Noção, natureza jurídica e fonte	601
11.16.2 Espécies de confissão.....	602
11.16.3 Requisitos da confissão	603
11.16.4 Características da confissão	603
11.16.5 Valor da confissão	603
11.17 Ofendido.....	604
11.17.1 Noção e natureza jurídica	604
11.17.2 Procedimento e contraditório	605
11.17.2.1 O ofendido e o falso testemunho.....	606

11.17.3	Diferenças entre testemunha e vítima	606
11.17.4	Valor probatório das declarações do ofendido	607
11.17.5	Obrigatoriedade ou facultatividade na oitiva do ofendido	607
11.18	Prova Testemunhal.....	613
11.18.1	Noções gerais	613
11.18.2	Natureza jurídica, legitimados, valor.....	615
11.18.3	Classificação das testemunhas	615
11.18.4	Procedimentos em relação à testemunha (momento para arrolar, desistência e substituição de testemunha).....	618
11.18.5	Deveres da testemunha.....	619
11.18.6	Número máximo de testemunhas	621
11.18.7	Procedimento para a produção da prova testemunhal – <i>Direct e cross examination</i> – a nova forma de colheita da prova oral	622
11.18.8	Capacidade de ser testemunha	624
11.19	Reconhecimento de pessoas e coisas	626
11.19.1	Noção, natureza jurídica e espécies.....	626
11.19.2	Procedimento para o reconhecimento.....	627
11.19.3	Reconhecimento coletivo ou em grupo	631
11.19.4	Reconhecimento fotográfico.....	632
11.20	Acareação	637
11.20.1	Noção, natureza jurídica e momento	637
11.20.2	Pressupostos da acareação	637
11.20.3	Sujeitos da acareação	639
11.20.4	Procedimento da acareação	639
11.20.5	Valor probatório da acareação e obrigatoriedade.....	640
11.21	Documentos.....	641
11.21.1	Noção e classificação.....	641

11.21.2	Produção da prova documental	643
11.21.3	Limitação à produção da prova documental.....	644
11.21.4	O juiz e a produção da prova documental.....	644
11.21.5	Documentos estrangeiros e validade do documento particular	644
11.21.6	Públicas formas e devolução dos documentos nos processos findos.....	645
11.22	Indícios.....	646
11.22.1	Generalidades e noção	646
11.22.2	Indícios e presunções	646
11.22.3	Valor probatório dos indícios.....	647
11.23	As provas atípicas no sistema processual brasileiro: uso e generalidades do procedimento probatório.....	648
11.23.1	Liberdade probatória, provas atípicas e seus limites	650
11.23.2	Procedimento probatório modelo nas provas atípicas e seu valor	655
11.23.3	Prova decorrente de gravação em vídeo	659
11.24	Meios de obtenção de prova (meios de pesquisa)	668
11.24.1	Busca e apreensão.....	669
11.24.1.1	Generalidades e natureza jurídica	669
11.24.1.2	Objeto da busca.....	670
11.24.1.3	Busca domiciliar.....	671
11.24.1.4	Busca pessoal	675
11.24.1.5	Busca em veículo e em celular.....	676
11.24.1.6	Busca em escritório de advocacia e em prédio	679
11.24.1.7	Serendipidade (encontro fortuito de provas)	683
Capítulo 12. Dos atores processuais (os sujeitos do processo).....		686
12.1	Noções gerais	687

12.2	Juiz	688
12.2.1	Forma de seleção de magistrados.....	690
12.2.2	Funções desenvolvidas pelo juiz no Direito Processual Penal	692
12.2.3	O Código de Ética da Magistratura	692
12.2.4	Suspeição, Impedimento e incompatibilidades dos juízes	694
12.3	Ministério Público	700
12.3.1	Forma de seleção de promotores	701
12.3.2	Funções do Ministério Público.....	702
12.3.3	Impedimentos e incompatibilidades dos promotores.....	704
12.4	Autoridade Policial	705
12.5	Acusado	706
12.5.1	Autodefesa, Defesa Técnica e os direitos daí decorrentes	707
12.5.2	Revelia.....	707
12.6	Defesa técnica	708
12.6.1	Defensor Particular.....	708
12.6.2	Defensor Público	709
12.6.2.1	Forma de seleção de defensores	709
12.6.2.2	Funções da Defensoria Pública	710
12.6.2.3	Impedimentos e incompatibilidades dos defensores públicos.....	711
12.7	Ofendido.....	712
12.7.2	Ofendido como assistente de acusação	713
Capítulo 13. Medidas cautelares pessoais		718
13.1	Teoria geral das medidas cautelares	720
13.1.1	Considerações gerais e espécies.....	720
13.1.2	Características das medidas cautelares.....	725

13.1.3	Medidas cautelares pessoais – os princípios norteadores da Constituição Federal e do Pacto de São José da Costa Rica.....	729
13.1.3.1	Princípio da Presunção de Inocência	729
13.1.3.2	Princípio da Duração Razoável do Processo	731
13.1.4	Critérios gerais e procedimento modelo para aplicação das medidas cautelares pessoais segundo o CPP	734
13.1.4.1	Necessidade, adequação, proporcionalidade e o critério de subsidiariedade da prisão preventiva – Art. 282, I e II e § 6.º	735
13.1.4.2	Cumulatividade.....	737
13.1.4.3	Atuação do juiz e sistema acusatório	738
13.1.4.4	Contraditório prévio	739
13.1.4.5	Consequências do descumprimento das medidas cautelares pessoais	740
13.2	Prisão.....	741
13.2.1	Considerações gerais.....	741
13.2.2	Classificações (prisão processual, cautelar, provisória e medida pré-cautelar)	741
13.2.3	Princípios constitucionais e convencionais sobre a prisão cautelar.....	744
13.2.4	Imunidades Prisionais	757
13.2.5	Tempo e local da prisão: o período em que pode ser feita a prisão e o local em que poderá ser efetuada	765
13.2.6	Mandado de prisão arts. 285 a 289 – A red notice (difusão vermelha)	767
13.2.6.1	Prisão, perseguição e a proteção ao domicílio de terceiros.....	770
13.2.7	Prisão Especial e Prisão em Sala do Estado Maior...	772
13.3	Prisão em flagrante	774
13.3.1	Noção, natureza jurídica e fases do flagrante.....	774

13.3.2	Sujeitos ativo e passivo do flagrante	775
13.3.3	Modalidades de flagrante do Código de Processo Penal	776
13.3.4	Modalidades de flagrante criados pela doutrina e jurisprudência – flagrante preparado, flagrante esperado e flagrante forjado	778
13.3.5	Modalidades de flagrante previstos em leis especiais (Flagrante retardado, diferido, ou ação controlada e entrega vigiada).....	780
13.3.6	Formalidades do auto de prisão em flagrante	781
	13.3.6.1 Atuação do juiz ao receber o flagrante ..	786
13.3.7	Flagrantes em algumas modalidades de crimes (permanente, habitual, ação penal privada, ação penal pública condicionada)	788
13.4	Prisão preventiva – prisão preventiva <i>strictu sensu</i>	789
13.4.1	Considerações gerais.....	789
13.4.2	Momento para a decretação da prisão preventiva.....	791
13.4.3	Legitimidade para o requerimento e atuação do juiz	791
13.4.4	Legitimidade para o decreto de prisão preventiva... ..	792
13.4.5	O cabimento da prisão preventiva – Classificação dos requisitos e as diversas posições	793
13.4.6	Pressupostos positivos e negativos da prisão preventiva.....	795
13.4.7	Hipóteses de cabimento da prisão preventiva	798
	13.4.7.1 Garantia da ordem pública.....	798
	13.4.7.2 Garantia da ordem econômica	801
	13.4.7.3 Conveniência da instrução criminal	803
13.4.8	Condições de admissibilidade da prisão preventiva.....	805
13.4.9	Os requisitos controversos na doutrina e na jurisprudência pós-reforma de 2011	807
13.4.10	Relaxamento e revogação da prisão preventiva ...	809

13.5	Prisão temporária	810
13.5.1	Cabimento da prisão temporária.....	811
13.5.2	Momento da prisão temporária e motivação da decisão	816
13.5.3	Prazo de duração da prisão temporária e prorrogação	817
13.5.4	Conversão da prisão temporária em prisão preventiva.....	818
13.6	Medida substitutiva da prisão preventiva – Prisão domiciliar.....	819
13.7	Medidas diversas da prisão (medidas alternativas à prisão).....	822
13.8	Liberdade Provisória	831
13.8.1	Considerações gerais	831
13.8.2	Liberdade provisória: modalidades e limites.....	836
13.8.3	Liberdade provisória obrigatória.....	836
13.8.4	Liberdade provisória vedada	837
13.8.5	Liberdade provisória possível	840
13.8.6	Liberdade provisória possível – A liberdade provisória sem fiança	840
13.8.6.1	Procedimento para a concessão da liberdade provisória sem fiança e cumulação com outras cautelares	843
13.8.7	Liberdade provisória com fiança	843
13.8.7.1	Comentários Gerais	843
13.8.7.2	Fiança pelo delegado	844
13.8.7.3	Arbitramento da fiança	845
13.8.7.4	Procedimento da fiança.....	846
13.8.7.5	Deveres decorrentes da fiança	846
13.8.7.6	Perda, Quebra, Cassação e reforço da fiança	846

Capítulo 14. Teoria Geral dos Procedimentos e Atos Processuais	848
14.1 Premissas	850
14.2 Considerações gerais.....	850
14.3 Espécies de procedimentos e fluxograma do procedimento comum ordinário	854
14.4 Recebimento da denúncia.....	857
14.4.1 Quantidade de recebimentos da denúncia.....	858
14.4.2 Motivação no recebimento da denúncia	859
14.4.3 <i>Emendatio libelli</i> e recebimento da denúncia	860
14.4.4 Rejeição da denúncia – art. 395 do CPP	862
14.5 Citação.....	864
14.5.1 Considerações gerais e modalidades.....	864
14.5.2 Citação real.....	866
14.5.3 Citação <i>ficta</i> : citação por hora certa.....	869
14.5.4 Citação por edital.....	871
14.6 Resposta	877
14.7 Absolvição sumária – art. 397 do CPP – julgamento antecipado <i>pro reo</i>	879
14.8 Audiência de instrução, debates e julgamento – arts. 400 a 405 do CPP	882
14.9 Sentença	888
14.9.1 Considerações gerais: atos processuais em geral e classificação das sentenças.....	888
14.9.2 Requisitos da sentença	891
14.9.3 Sentença absolutória.....	894
14.9.4 Sentença condenatória	895
14.9.5 Correlação entre acusação e sentença – <i>Emendatio</i> e <i>Mutatio libelli</i>	897
14.9.5.1 <i>Emendatio</i> e <i>Mutatio libelli</i> – Crítica e questões controversas	901

14.9.6	Coisa julgada.....	903
14.9.6.1	Noções gerais – conceito e a coisa julgada parcial.....	903
14.9.6.2	Coisa julgada formal e material – A relativização da sentença absolutória pela CIDH.....	905
14.9.6.3	Limites objetivos e limites subjetivos da coisa julgada	906
14.9.6.4	Questões específicas – concurso formal, crime habitual, crime continuado ...	908
14.9.7	Sentença penal condenatória e os efeitos secundários	910
14.10	Procedimento comum sumário	912
14.11	Procedimento Comum Sumaríssimo – Juizado Especial Criminal (Jecrim) – Lei 9.099/1995	913
14.11.1	Crítérios orientadores e objetivos do Jecrim	913
14.11.2	Competência do Jecrim	914
14.11.3	Fluxograma do rito Jecrim	915
14.11.4	Termo circunstanciado – art. 69.....	915
14.11.5	Audiência preliminar.....	916
14.11.5.1	Composição civil: arts. 72 e 74, parágrafo único	916
14.11.5.2	Transação penal: art. 76	916
14.11.6	Audiência de instrução, debates e julgamento	918
14.11.7	Sistema recursal e impugnações em geral no Juizado Especial Criminal	919
14.11.8	Suspensão condicional do processo (<i>sursis processual</i> – art. 89 da Lei 9.099/1995)	921
14.12	Procedimentos Especiais – Crimes de Responsabilidade de Funcionário Público afiançáveis – arts. 513 a 518 do CPP	926
14.13	Processo e julgamento dos crimes de calúnia e injúria de competência do juiz singular – arts. 519 a 523 do CPP	929

14.13.1	Generalidades e pedido de explicações	929
14.13.2	Procedimento e audiência de reconciliação.....	930
14.13.3	Exceção da verdade e da notoriedade do fato ...	933
14.14	Procedimento do Júri.....	936
14.14.1	Considerações gerais.....	936
14.14.2	Princípios constitucionais do Júri	937
14.14.3	Procedimento da primeira fase do Júri – Sumário da culpa – <i>iudicium accusationis</i> – Arts. 406 a 421 do CPP	941
14.14.4	Pronúncia – arts. 413, 420 e 421 do CPP.....	944
14.14.4.1	Requisitos e crimes conexos.....	944
14.14.4.2	Conteúdo, vinculação, <i>emendatio</i> e <i>mutatio libelli</i> e efeitos quanto à prescrição	947
14.14.5	Impronúncia (despronúncia) – art. 414 do CPP.....	952
14.14.6	Desclassificação – art. 419 do CPP.....	953
14.14.7	Absolvição sumária – art. 415 do CPP.....	955
14.14.8	Preparação da segunda fase do Júri	957
14.14.9	Desaforamento – Arts. 427 e 428 do CPP.....	958
14.14.9.1	Considerações gerais	958
14.14.9.2	Hipóteses de cabimento do art. 427 e legitimidade.....	959
14.14.9.3	Hipóteses de cabimento do art. 428 e legitimidade.....	961
14.14.9.4	Aceleração de julgamento – art. 428, § 2.º, do CPP.....	962
14.14.10	Sessão Plenária de Julgamento – considerações gerais	963
14.14.11	Instalação da sessão plenária.....	963
14.14.11.1	Jurados.....	963
14.14.11.2	Ausência do Ministério Público	965
14.14.11.3	Ausência do assistente de acusação... ..	965

14.14.11.4	Ausência do advogado de defesa ou do defensor.....	965
14.14.11.5	Ausência do acusado	966
14.14.11.6	Ausência das testemunhas	966
14.14.12	Sorteio do Conselho de Sentença e Juramento – arts. 462 a 472 do CPP	967
14.14.13	Instrução e interrogatório em plenário – arts. 473 a 475 do CPP	970
14.14.14	Debates e encerramento – arts. 476 a 481 do CPP	972
14.14.14.1	Conteúdo dos debates, vedações e encerramento.....	974
14.14.15	Sala especial e quesitos	979
14.14.16	Sentença do Juiz Presidente – arts. 492 e 493 do CPP	988
Capítulo 15.	Nulidades	990
15.1	Considerações gerais e natureza jurídica	991
15.2	Classificações das nulidades.....	993
15.2.1	A tríade tradicional – Inexistência, nulidade e irregularidade.....	993
15.2.2	Nulidade absoluta e nulidade relativa, sanáveis e insanáveis e cominadas e não cominadas	997
15.3	Princípios em sede de nulidades.....	1000
15.3.1	Princípio da tipicidade das formas.....	1000
15.3.2	Princípio da eficácia dos atos processuais.....	1009
15.3.3	Princípio da restrição processual à decretação das nulidades.....	1010
15.3.4	Princípio da instrumentalidade das formas e princípio do prejuízo	1010
15.3.5	Princípio da causalidade ou da consequencialidade	1012
15.3.6	Princípio da conservação dos atos processuais ...	1013

15.3.7	Princípio do interesse	1013
15.4	Formas de saneamento das nulidades	1014
15.5	Nulidades cominadas no Código de Processo Penal	1016
15.5.1	Art. 564, inc. I – por incompetência, suspeição ou suborno do juiz.....	1016
15.5.2	Art. 564, inc. II – por ilegitimidade de parte	1017
15.5.3	Art. 564, inc. III – por falta das fórmulas ou dos termos seguintes	1017
15.5.4	Art. 564, inc. IV – por omissão de formalidade que constitua elemento essencial do ato	1025
15.6	Momento para a arguição das nulidades e nulidades sanáveis.....	1026
Capítulo 16. Recursos e ações autônomas impugnativas.....		1027
16.1	Noções gerais, natureza jurídica e o tema da execução provisória.....	1030
16.2	Classificação dos recursos.....	1037
16.3	Princípios em matéria recursal.....	1038
16.3.1	Princípio do duplo grau de jurisdição	1038
16.3.2	Princípio da voluntariedade.....	1042
	16.3.2.1 Voluntariedade e reexame necessário (recurso de ofício).....	1044
16.3.3	Princípio da disponibilidade dos recursos	1047
16.3.4	Princípio da fungibilidade, do recurso indiferente, da permutabilidade dos recursos ou da conversibilidade dos recursos	1048
16.3.5	Princípio da unirrecorribilidade, da singularidade ou da unicidade.....	1050
16.3.6	Princípio da irrecorribilidade das interlocutórias ou da irrecorribilidade em separado das interlocutórias	1051
16.3.7	Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	1051

16.3.8	Princípio da taxatividade.....	1059
16.3.9	Princípio da personalidade dos recursos versus princípio do benefício comum	1060
16.3.10	Princípio da dialeticidade	1060
16.4	Pressupostos ou requisitos de admissibilidade recursal – O juízo de admissibilidade (juízo de prelibação) e o juízo de mérito (juízo de libação)	1062
16.4.1	Noção	1062
16.4.2	Condições recursais	1064
16.4.2.1	Cabimento – Possibilidade jurídica do pedido	1064
16.4.2.2	Legitimidade recursal	1064
16.4.2.3	Interesse recursal.....	1065
16.4.3	Pressupostos recursais	1069
16.4.3.1	Investidura.....	1069
16.4.3.2	Capacidade de quem formula o recurso	1069
16.4.3.3	Regularidade formal do recurso e tempestividade	1070
16.4.3.4	Inexistência de fatos impeditivos ou extintivos do direito de recorrer	1073
16.5	Efeitos dos recursos	1076
16.5.1	Efeito obstativo	1076
16.5.2	Efeito devolutivo.....	1076
16.5.3	Efeito suspensivo	1078
16.5.4	Efeito regressivo, iterativo ou diferido.....	1079
16.5.5	Efeito extensivo	1080
16.5.6	Efeito substitutivo	1081
16.5.7	Efeito translativo.....	1081
16.6	Recurso em sentido estrito	1084
16.6.1	Generalidades	1084

16.6.2	Cabimento	1086
16.6.2.1	Decisão que não receber a denúncia ou queixa.....	1086
16.6.2.2	Decisão que reconhece a incompetência de juízo	1089
16.6.2.3	Decisão que julgar procedentes as exceções, salvo a de suspeição.....	1090
16.6.2.4	Decisão que pronunciar o acusado ...	1091
16.6.2.5	Decisão que conceder, negar, arbitrar, cassar ou julgar inidônea a fiança, indeferir requerimento de prisão preventiva ou revogá-la, conceder liberdade provisória ou relaxar a prisão em flagrante.....	1092
16.6.2.6	Decisão que julgar quebrada a fiança ou perdido seu valor.....	1092
16.6.2.7	Decisão que decretar ou não a extinção da punibilidade.....	1093
16.6.2.8	Sentença que conceder ou negar a ordem de <i>habeas corpus</i>	1094
16.6.2.9	Decisão que anular o processo da instrução criminal, no todo ou em parte...	1094
16.6.2.10	Decisão que incluir jurado na lista geral ou desta o excluir.....	1094
16.6.2.11	Decisão que denegar a apelação ou a julgar deserta.....	1095
16.6.2.12	Decisão que ordenar a suspensão do processo, em virtude de questão prejudicial.....	1095
16.6.2.13	Decisão sobre o incidente de falsidade ...	1096
16.6.3	Legitimidade do recurso em sentido estrito.....	1096
16.6.4	Competência recursal.....	1097
16.6.5	Regularidade formal e procedimento.....	1097
16.6.6	Efeitos	1098

16.6.7	Aspectos do interesse de agir.....	1098
16.6.8	Procedimento	1099
16.7	Apelação.....	1099
16.7.1	Considerações gerais.....	1099
16.7.2	Cabimento	1101
16.7.2.1	Sentença definitiva de condenação ou absolvição proferida por juiz singular – art. 593, I	1101
16.7.2.2	Decisões definitivas, ou com forças de definitivas, proferidas por juiz singular, nos casos em que não houver previsão legal de cabimento do recurso em sentido estrito – art. 593, II.....	1102
16.7.2.3	Decisões do tribunal do júri – art. 593, III, do CPP.....	1103
16.7.3	Legitimidade.....	1108
16.7.3.1	Ministério Público.....	1108
16.7.3.2	Acusado	1108
16.7.3.3	Defensor.....	1108
16.7.3.4	Ofendido e terceiros.....	1109
16.7.4	Competência recursal.....	1110
16.7.5	Regularidade formal e procedimento.....	1110
16.7.6	Fato impeditivo e extintivo: não recolhimento do réu à prisão, renúncia, desistência e deserção ...	1111
16.7.7	Efeitos	1111
16.7.8	Prazo.....	1112
16.7.9	Lei 9.099/1995 (Cabimento, competência, prazos, regularidade formal).....	1112
16.8	Embargos infringentes ou de nulidade.....	1113
16.8.1	Considerações gerais.....	1113
16.8.2	Legitimidade.....	1114
16.8.3	Cabimento	1114

16.8.4	Competência recursal.....	1115
16.8.5	Regularidade formal	1116
16.8.6	Efeitos	1116
16.8.7	Procedimento	1117
16.8.8	Prazo, interposição e os recursos extraordinários....	1117
16.9	Embargos de declaração	1119
16.9.1	Considerações gerais.....	1119
16.9.2	Cabimento	1120
16.9.3	Natureza Jurídica	1121
16.9.4	Competência recursal.....	1121
16.9.5	Legitimidade.....	1121
16.9.6	Regularidade formal	1122
16.9.7	Prazo.....	1122
16.9.8	Efeitos	1123
16.9.9	Embargos na Lei 9.099/1995.....	1124
16.9.10	Procedimento	1124
16.9.11	Suspensão ou interrupção do prazo para outros recursos.....	1125
16.10	Carta Testemunhável	1125
16.10.1	Considerações gerais.....	1125
16.10.2	Natureza Jurídica	1126
16.10.3	Cabimento	1126
16.10.4	Competência recursal.....	1126
16.10.5	Regularidade formal	1126
16.10.6	Efeitos	1127
16.10.7	Prazo recursal	1127
16.10.8	Procedimento	1127
16.11	Agravo em execução	1127
16.11.1	Introdução	1127
16.11.2	Cabimento	1128

16.11.3	Legitimidade e Interesse	1129
16.11.4	Competência recursal.....	1129
16.11.5	Regularidade formal.....	1129
16.11.6	Efeitos	1129
16.11.7	Procedimento no juízo a quo	1130
16.12	Agravo contra decisão denegatória de recurso extraordinário ou especial	1131
16.12.1	Cabimento	1131
16.13	Recurso Ordinário Constitucional.....	1131
16.13.1	Cabimento	1131
16.13.1.1	ROC para o STF	1132
16.13.1.2	Limites da Matéria e cabimento	1132
16.13.2	Recurso Ordinário Constitucional para o STJ	1133
16.13.3	Procedimento	1133
16.13.3.1	Decisão denegatória de <i>habeas corpus</i>	1133
16.13.3.2	Mandado de Segurança.....	1134
16.14	Recurso extraordinário e recurso especial.....	1134
16.14.1	Considerações gerais	1134
16.14.2	Cabimento	1140
16.14.2.1	Cabimento do recurso extraordinário – Generalidades	1140
16.14.2.2	Cabimento do recurso extraordinário – art. 102, III, <i>a</i> – contrariedade à CF ..	1141
16.14.2.3	Cabimento do recurso extraordinário – art. 102, III, <i>b</i> – declaração de inconstitucionalidade de tratado ou lei federal	1142
16.14.2.4	Cabimento do recurso extraordinário – art. 102, III, <i>c</i> – julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição	1143

16.14.2.5	Cabimento do recurso extraordinário – art. 102, III, <i>d</i> – julgar válida lei local contestada em face de lei federal	1144
16.14.2.5.1	Cabimento de recurso extraordinário contra acórdão do STJ.....	1144
16.14.3	Cabimento do recurso especial – generalidades.....	1145
16.14.3.1	Cabimento do recurso especial – art. 105, III, <i>a</i> – contrariedade a tratado ou lei federal ou negar-lhes vigência	1145
16.14.3.2	Cabimento do Recurso Especial – art. 105, III, <i>b</i> – julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal	1146
16.14.3.3	Cabimento do recurso especial – art. 105, III, <i>c</i> – der à lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal	1146
16.14.4	Recurso extraordinário e especial – legitimidade ...	1148
16.14.5	Recurso extraordinário e especial – interesse recursal	1148
16.14.6	Recurso extraordinário e especial – processamento	1149
16.14.7	Recurso extraordinário e especial – efeitos	1150
16.15	Ações autônomas impugnativas	1153
16.15.1	<i>Habeas corpus</i>	1153
16.15.1.1	Considerações gerais	1153
16.15.1.2	Natureza Jurídica e eficácia da decisão.....	1159
16.15.1.3	Interesse de agir	1160
16.15.1.4	Possibilidade jurídica do pedido	1162
16.15.1.5	Legitimidade.....	1163
16.15.1.5.1	Legitimidade ativa	1163

16.15.1.5.2	Legitimidade passiva – O legitimado passivo é a própria autoridade coatora, aquele responsável pela coação ilegal ao paciente.....	1166
16.15.1.6	Espécies de <i>habeas corpus</i>	1167
16.15.1.6.1	Liberatório.....	1167
16.15.1.6.2	Preventivo.....	1167
16.15.1.6.3	Pro lático ou Preservativo... ..	1168
16.15.1.7	Hipóteses de impetração.....	1168
16.15.1.8	Competência para julgamento.....	1171
16.15.1.9	Procedimento.....	1172
16.15.1.10	Recursos das decisões de <i>Habeas corpus</i>	1174
16.15.2	Revisão Criminal.....	1176
16.15.2.1	Conceito.....	1176
16.15.2.2	Natureza Jurídica.....	1177
16.15.2.3	Condições da ação.....	1177
16.15.2.3.1	Legitimidade.....	1177
16.15.2.3.2	Interesse de agir.....	1177
16.15.2.3.3	Possibilidade jurídica do pedido.....	1178
16.15.2.4	Hipóteses de cabimento.....	1179
16.15.2.5	Teses e pedidos na revisão criminal	1180
16.15.2.6	Procedimento.....	1181
16.15.2.7	Ônus da prova.....	1183
16.15.2.8	Coisa julgada.....	1184
Capítulo 17. Flexibilização do processo penal – bases para uma teoria e critérios de efetivação.....		1186
17.1	O mundo flexibilizado.....	1187
17.1.1	Globalização e flexibilização.....	1188

17.1.2	Soberania	1191
	17.1.2.1 Soberania e flexibilização: a mudança de paradigmas	1192
17.1.3	Tecnologia e flexibilização.....	1196
17.1.4	O processo no mundo pautado pela flexibilização.....	1198
17.2	Flexibilização	1205
17.2.1	O sentido léxico do termo flexibilização.....	1205
17.2.2	A noção de flexibilização no processo	1206
17.2.3	Os sistemas rígidos e os sistemas flexíveis no Direito processual penal	1210
17.2.4	O caminhar do processo penal brasileiro para a flexibilização	1212
17.2.5	Flexibilização em sentido amplo e em sentido estrito: regra de exceção, interpretação extensiva e equidade.....	1213
17.2.6	Planos de flexibilização.....	1215
17.2.7	Os parâmetros para a flexibilização em sentido estrito.....	1217
	17.2.7.1 Flexibilização e legalidade.....	1218
	17.2.7.2 Flexibilização e proporcionalidade.....	1219
	17.2.7.2.1 O princípio da proporcionalidade como parâmetro da flexibilização nos <i>hard cases</i>	1223
	17.2.7.3 Flexibilização e razoabilidade	1224
17.2.8	A operação de flexibilização	1227
	17.2.8.1 A flexibilização e as partes	1231
17.3	Direitos Humanos, Devido Processo Legal e Flexibilização ...	1234
17.3.1	Considerações iniciais.....	1236
17.3.2	Caraterísticas dos direitos fundamentais	1236
17.3.3	Respeito aos direitos humanos e flexibilização	1238

17.3.4	Os direitos humanos e as Convenções.....	1240
17.3.5	Direito Internacional dos Direitos Humanos e flexibilização	1241
17.3.5.1	Devido processo legal na visão da Corte Interamericana de Direitos Humanos	1245
17.3.6	Direitos humanos, devido processo legal, flexibilização e a macrocriminalidade	1248
Capítulo 18. Bibliografia.....		1252
Anexo - PL 4.850/2016		1262